

A entrada do plano de estabilização em sua terceira fase, com a reforma monetária que instituiu o real a partir de 1º de julho, marca não apenas o fim da velha e efêmera moeda - o cruzeiro real - mas o início de um quadro de dúvidas e incertezas na economia brasileira, que deve vigorar, durante todo o segundo semestre do ano, simultâneas às definições políticas do processo eleitoral. Várias das incertezas colocadas decorrem das próprias limitações do plano econômico, espremido entre o discurso frio e distante, dos tomadores de decisão da equipe econômica, e uma realidade nervosa, complexa e rica.

O discurso falava de um plano em três fases. A primeira seria a do ajuste fiscal, seguida da fase de disseminação e introdução da URV, onde os preços se alinhariam, terminando em uma reforma monetária ancorada estruturalmente em um orçamento equilibrado, e em uma paridade fixa

(durante certo período) com a moeda norte-americana.

A realidade, entretanto, faz valer a sua vontade. Até hoje não temos um orçamento aprovado que permita diagnosticar o seu equilíbrio, e de outro lado, a subida da taxa de juros contribui para o desajuste fiscal.

Vários preços na fase URV do plano insistiram em se manter desalinhados, contribuindo para agravar tensões sociais face a salários congelados em URV desde março, mantendo incertezas quanto a capacidade de ajustamento de preços dentro das cadeias produtivas. Os parâmetros de conversão pela média, válidos para os salários, não se aplicaram aos formadores de preços, não conseguindo o Governo coibir os "abusos", o que provocou uma sensível dispersão dos preços dos bens de consumo corrente. A cesta básica, preponderante para grande parte da população, subiu, segundo o DIEESE, em URV, enquanto o salário mínimo continua um pouco mais de US\$ 60 (URV, real).

Finalmente, a reforma monetária introduz a aposta governamental sobre a possibilidade de manter a paridade cambial US\$ 1 = R\$ 1, em ocorrendo inflação em real - com possíveis conseqüências desajustadoras sobre o setor externo brasileiro. Aqui, porém, o país está sendo ajudado pelo panorama internacional com a queda do dólar.

Esse quadro, de juros altos, estoques reduzidos, queda do nível de emprego e luta por reposição de salários na data-base é explorado na entrevista exclusiva de Dércio Munhoz que, entre outras coisas, contesta o anúncio antecipado de taxas de juros elevadas, que, segundo ele, acaba se tornando um efeito "bumerangue". No artigo de Fernando Cardim, fica a dúvida: estaríamos realmente entrando na terceira fase do plano?

Este número do Informe reporta, ainda, os seminários realizados pelas entidades de economistas: 50 anos de Bretton Woods e repercussão do emprego no Rio de Janeiro.

NOTAS

O BNDES lançou no mês de junho uma nova linha de crédito para o financiamento na compra de computadores e de softwares. Destinado a profissionais liberais e pequenas empresas, o "ENTER/BNDES - Programa de Informatização do Micro e Pequeno Empreendimento" é uma parceria do BNDES com o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Associação das Empresas Brasileiras de Software e Serviços de Informática (Assespro) e a Associação Brasileira das Indústrias de Informática e Automação (Automática). O financiamento será de até 85% do valor do investimento total, com juros reais de 10% ao ano e prazo de amortização de até 30 meses, com seis meses de carência. O BNDES aplicará, de início, no novo programa, recursos da ordem de US\$ 150 milhões. O "kit" a ser financiado consiste de: microcomputadores e periféricos fa-

bricados por empresas instaladas no Brasil; softwares desenvolvidos também por empresas instaladas no Brasil; e treinamento para o uso dos equipamentos e softwares adquiridos. O financiamento aos profissionais liberais será concedido no âmbito de convênios a serem firmados entre o BNDES e as entidades de classe de cada categoria profissional. Já estão sendo assinados convênios com as seguintes entidades: Clube de Engenharia do Rio de Janeiro; Sociedade de Medicina de Pernambuco; Associação Baiana de Medicina; Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; Associação Brasileira de Odontologia - seção Rio de Janeiro; e Associação Médica de Minas Gerais. A direção do CORECON está aberta aos economistas que queiram se valer desse financiamento. Contatos pelo telefone 224-0578

ELEIÇÕES 1994

Conforme divulgamos no último Jornal das entidades dos economistas do RJ, estamos dedicando espaço para que os economistas, candidatos ao Congresso Nacional e Assembleia Legislativa Estadual publiquem uma pequena sinopse de sua trajetória e proposta. Para maiores informações solicitamos contactar a secretaria do CORECON-RJ.

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RJ

Título: Crescimento da Produtividade Total dos Fatores e Relações com os Regimes Comerciais: o Caso das Indústrias Manufatureiras Peruanas 1971-1987.

Autor: Cecília Victoria Levanode Rossi
Resumo: Esta dissertação apresenta novas evidências sobre as relações entre o crescimento da produtividade total dos fatores de 28 setores da indústria manufatureira peruana e os diferentes regimes comerciais aplicados entre 1971 e 1987. Também são considerados os efeitos de algumas variáveis relacionadas ao processo de industrialização e orientação do mercado.

Banca: Gustavo Maurício Gonzaga; Regis Bonelli e Armando Castelar Pinheiro.

Título: A Inflação Incerta e o Preço Real das Compras Públicas.

Autor: Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo.

Resumo: A tese sugere e examina um mecanismo pelo qual a inflação pode afetar o preço real médio das compras públicas. Ressalta o papel da incerteza a respeito da corrosão inflacionária a que ficam submetidos, entre a contratação e o efetivo pagamento, preços contratados em termos nominais. Com fornecedores avessos ao risco e racionais em sua formação de expectativas (no sentido de conhecerem a distribuição de probabilidades da inflação futura), deriva-se de um modelo de leilão a regra de formação dos preços nominais contratuais. A partir desta, examina-se que tipos de deslocamentos da distribuição da inflação fazem cair ou elevar-se o preço real médio das compras públicas, e a possível magnitude desses efeitos.

Banca: Dionísio Dias Carneiro; Rogério L. Furquim Werneck e Marco Antonio Bonomo.

CURSO

O IERJ-CORECON informa: vem aí o segundo curso de Matemática Financeira, com o professor José Dutra Sobrinho. Informações: Madalena Pontes, tel. (021) 231-1077

CORECON
Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 221-0958

Presidente: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro

Vice-Presidente: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselheiros Efetivos: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Luiz Antônio Rodrigues Elias, Adhemar dos Santos Mineiro, Carlos Francisco T. M. R. Lessa, José Roberto Correia Socero, Maria José Cyhlar Monteiro, Maurício Buzanovsky, Ronaldo Raemy Rangel, Sidney Pascounto da Rocha

Conselheiros Suplentes: Alexandre Baptista Freire, Carlos Aguiar de Medeiros, Eduardo Luiz de Mendonça, Luiz Carlos Pires de Araújo, Paulo Sérgio Souto, Renato Augusto da Matta, Renato Luiz Mello de Oliveira, Sandra Maria Carvalho de Souza
Secretaria Executiva: Duvit Regis Kirschbaum
Secretaria de Fiscalização: Luiz Sérgio Ribeiro
Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49
Tel. (0247) 23-833

INFORME CORECON
Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselho Editorial: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielshowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira
Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda. - Tel (021) 262-2832 - Tel/Fax (021) 262-7076
Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT-14109)
Editora Assistente: Malu Machado

Reportagens: Malu Machado e Silvia Noronha
Fotografias: Wânia Corredo
Ilustrações: Zope
Editoração Eletrônica: Kátia Regina Fonseca
Tel (021) 222-7367
Fotolito e Impressão: Tipológica Comunicação Integrada - Tel (021) 224-1366
Tiragem: 20.000 exemplares
Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

Entidades querem mais emprego no Estado

O desafio mundial de solucionar o problema do crescimento econômico sem geração de empregos foi uma constante no seminário "Políticas para a criação de empregos no Rio de Janeiro", promovido no início do mês pelo CORECON. Os palestrantes mostraram-se preocupados em vincular a necessidade de gerar empregos a qualquer programa de reativação da economia fluminense. O seminário contou com o apoio da Associação Comercial do Rio e foi mediado pelo presidente do CORECON, Hélio Portocarrero.



Da esq. para a dir.: Heraldo A. Costa, Carlos Lessa, Hildete Pereira, Hélio Portocarrero, Sydney Latini e Fernando Amaral

A estrutura econômica do Estado do Rio de Janeiro sofre mais em relação ao desemprego, por apresentar uma fonte de trabalhos centrada no setor de serviços - porta da informalidade -, poucas indústrias e uma agricultura extremamente ridícula. A afirmativa é da professora da UFF, Hildete Pereira de Melo, para quem, dentro do setor industrial, o Estado do Rio teria grandes oportunidades de geração de emprego com a construção do próximo pólo petroquímico em nosso território. "Há a possibilidade de ele ser realizado no Estado do Rio de Janeiro, na Reduc, segundo defendem os técnicos da Petroquímica, trazendo ganhos para economias de pouca escala, além de se fazer uma central de eteno, o que causa muito entusiasmo, já que o gás é uma das possibilidades de se revitalizar a economia fluminense."

Com relação ao setor de serviços, a professora ressalta que o Estado do Rio vem perdendo representatividade. Além das indústrias, escritórios também estão deixando o Estado, o que empobrece a economia. Resta o turismo, que, segundo afirma, gera tanta renda quanto o setor agrícola: 12% de renda interna. Mas adverte: "o estardalhaço que se fez aqui em cima dos arrastões, da insegurança, foi um crime. Vai levar alguns anos para que o Estado reverta esta imagem. Esta é uma questão grave, se pensamos no volume de empregos que este setor gera."

O Secretário Executivo dos Conselhos Empresariais da Associação Comercial, Sydney Latini, analisa que a peculiaridade do desemprego no nosso Estado está vinculada a dois fatos políticos: a transferência da capital para Brasília e a fusão do antigo Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro. Latini lembrou que, na época da transferência da capital, o Governo Federal assumiu compromissos com a sociedade fluminense de criar estímulos para que o processo de desenvolvimento do novo Estado do Rio não fosse prejudicado. Em sua opinião, o Estado do Rio pouco tem se beneficiado com políticas que favoreçam investimentos internos.

Prova disso seria o incentivo fiscal que o Governo Federal deu há menos de duas décadas ao Estado do Espírito Santo. Latini ressaltou a preocupação da Associação Comercial com esse tema e acredita que essa diferença está em vias de acabar, através do substitutivo de projeto de lei, que tramita no Congresso Nacional, tendo como proposta a criação de um fundo de desenvolvimento para o Sudeste, constituído de abatimentos no Imposto de Renda gerado na região do Espírito Santo, trinta municípios do Rio de Janeiro - de Friburgo para o Norte - e 84 municípios de Minas Gerais, na região fronteira.

Para o diretor do Plano Estratégico do RJ, Carlos Lessa, a economia fluminense apresenta três pontos específicos. O primeiro diz respeito à base produtiva: indústrias da primeira revolução industrial, fazendo-se uma ressalva a algumas projeções da indústria química; uma agricultura inexistente; e um Estado que conta com mais alta concentração de universidades e centros de pesquisa - a base frustrada de uma terceira onda industrial, proposta ainda do período militar.

Um segundo ponto é a visão do Estado do Rio como a região mais urbanizada e também metropolizada do Brasil que tem em seu município um dos melhores indicadores de cobertura social do país, uma região metropolitana terrivelmente precária e um interior fluminense "parecido com os grotões nordestinos", ressaltou Lessa. A terceira característica é o processo de transferência da capital e da fusão dos estados, relevante, politicamente, para se entender o desempenho econômico desta região, na medida em que o gasto autônomo fiscal continuou positivo, porém perdeu dinamismo.

Lessa destacou, ainda, como sendo uma das melhores chances da metrópole, a exploração de um complexo da moda, ditando hábitos e costumes, que é uma indústria geradora de receita. Além da moda, seria interessante pensar o Rio como entreposto, já que é o segundo mercado do país e teria naturalmente um espaço referencial para as atividades comerciais e para todas aquelas indús-

trias que se localizam próximas a este mercado.

Quanto à habitabilidade, Lessa defendeu que não há metrópole sem violência. O problema é que a violência aqui é marcada por duas características: a primeira, porque esta não é uma cidade extratificada. "Isso tem a vantagem de poder aperfeiçoar padrões de integração social, mas dá uma imensa visibilidade a qualquer episódio de violência". Por outro lado, a imagem do Rio é de um paraíso turístico. "Violência em Chicago combina com a imagem de Chicago. Violência em paraíso não é possível."

O ex-presidente do Sindicato dos Bancários-RJ Fernando Amaral disse que a sensação de desesperança da sociedade brasileira acontece porque ela, ao mesmo tempo em que está descontente com as medidas econômicas e sociais adotadas pelos últimos governos, não aceita nenhuma proposta alternativa. E mais: "nós, ditos militantes de esquerda", disse Amaral, "estamos acostumados a ir sempre contra. Mas somos a favor do quê"?

Para ele, não está na hora de se ter resposta para tudo, mas sim de se repensar o país. Amaral falou do trabalho que os bancários cariocas implantaram - "Projeto Cidadão" -, tendo como proposta ajudar nas questões políticas e sociais de qualquer cidadão.

Da experiência vivida pelo grupo, Amaral destacou a vergonha que sentiram diante das dificuldades de um peão assentado, depois de muita luta para conseguir o título de propriedade: "eles acordam às sete da manhã, trabalham uma terra de em média cinco hectares, até às onze. Almoçam, regressam à uma hora da tarde, jogam as sementes, revolvem a terra e a cobrem até às cinco da tarde. Jantam até às sete da noite, e dessa hora até às três da manhã fazem a irrigação com um balde, andando 800 metros até o rio". Para esses trabalhadores, segundo Amaral, um projeto de irrigação comunitária não sairia por menos de oitenta mil cruzeiros reais, dinheiro que nenhum deles dispõe. Amaral criticou o sistema de financiamentos como o do Programa Verde Banerj, que exige a compração de cinco milhões de cruzeiros em bens,

além de dois avalistas que tenham a mesma quantia para qualquer empréstimo.

O sindicalista defendeu que os problemas brasileiros não podem ser discutidos isoladamente. "Qualquer banco consegue provar para a sociedade que não tem recursos de médio e longo prazo para emprestar dinheiro a médio e longo prazo; o cidadão não tem como pegar um empréstimo desse tipo para pagar em 30 dias". Para ele, o sistema previdenciário do país não trabalha com reservas para garantir o que cada um contribui hoje, para ser recebido daqui a 30 anos. Além disso, não se pensa num sistema de integração de mercado, em que um programa de geração de emprego gere capacidade de consumo, criando estímulos para se produzir melhor porque existe alguém que pode comprar. "Pelo menos um projeto global de país temos que ter", concluiu.

Optando por uma explanação mais particular, Heraldo Costa falou sobre os problemas enfrentados pelos construtores de navio, ressaltando a importância que o setor tem na geração de empregos, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro. "Uma política de emprego estará sempre ligada a uma política de investimentos", disse, além de frisar que é no Rio de Janeiro, onde se concentram 95% das empresas do setor.

"Nenhum estaleiro do mundo produz tudo o que tem num navio. Muitas vezes ficamos paralisados ou por demora na vinda da mercadoria ou por entraves de importação, colocados pelo governo brasileiro ou por problemas de estímulo a empréstimos. Um banco chega a pedir 60% de taxas de juros por mês, o que inviabiliza qualquer projeto."

Heraldo Costa acrescentou que um navio é construído simultaneamente no estaleiro e nas fábricas que fornecem peças para esse navio, podendo-se avaliar por aí o mercado de empregos pelo qual o setor se torna responsável. "Precisamos da adesão da comunidade para a importância dos estaleiros. E concluiu: "em São Paulo, nós temos a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo. Aqui, nós temos o Jornal do Brasil e O Globo. Está na hora de pensarmos no Rio com um Estado também".

Relatório final da CPI da privatização

A população brasileira teve conhecimento de que o Estado alocou, nos últimos dez anos, um total aproximado de US\$ 21 bilhões nas 33 empresas já privatizadas ou em processo de alienação (...). Em primeiro lugar, parece lícito imaginar que, se os recursos foram utilizados de maneira correta, este seria um valor referencial para as avaliações das empresas estatais privatizáveis. É necessário, ainda, que se conheça, com a devida profundidade, como esses recursos foram alocados e, se comprovado qualquer ilícito, sejam apuradas as devidas responsabilidades.

Ressalta-se, também, que, das 33 empresas, 16 não receberam qualquer recurso nos últimos dez anos. Dos US\$ 21 bilhões, US\$ 8 bilhões foram para a Rede Ferroviária Federal e US\$ 13 bilhões para o setor siderúrgico, sendo que a transferência deste setor rendeu aos cofres públicos quantia inferior a US\$ 4 bilhões, quase que totalmente representada por "moedas podres". Nas estatísticas, empresas ligadas aos ramos de fertilizantes e petroquímico ficaram com os arredondamentos. Isso significa que, em muitos casos, o governo, além de não ter alocado recursos nas empresas constantes do PND, deixou de receber os dividendos advindos de unidades lucrativas.

Esse é o caso das empresas do segmento petroquímico. Mais uma vez torna-se explícito o fato de que, se os objetivos eram exatamente aqueles contidos na Lei 8031 - que autori-

za o Estado retirar-se de segmentos da economia mais propícios à iniciativa privada e viabilizar recursos para programas que melhor lhe dizem respeito -, o programa não primou pela coerência. Nem mesmo o discutível objetivo de "fazer caixa" foi atingido. Além de renunciar ao recebimento de dividendos de empresas lucrativas, o total de recursos recebidos em moeda corrente atingiu o pouco significativo percentual de 2,4%.

Estas questões se somam a tantas outras analisadas ao longo deste relatório e que suscitam a exigência de uma ampla rediscussão do PND. Por

Em maio deste ano, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI - recebia do Senador Amir Lando o Relatório Final sobre o Programa Nacional de Desestatização - PND. Em suas 143 páginas, o documento questiona a necessidade das privatizações e, sobretudo, a maneira como foram executadas, trazendo, inclusive, depoimentos importantes de pessoas relacionadas ao processo de privatizações das estatais, que apontam diversos questionamentos.

As entidades dos economistas julgaram importante registrar aqui esse documento, devido ao seu empenho em denunciar os processos recentes de privatizações. A seguir, os principais tópicos da conclusão dessa CPI.

exemplo, é inconcebível promover tamanha modificação na matriz industrial brasileira sem contextualizá-la em um plano de governo e em uma política de desenvolvimento industrial bem definida, onde se tenha claro o papel que o Estado deverá desempenhar, inclusive naqueles segmentos produtivos que a sociedade brasileira possa definir como estratégicos. (...)

Há que se cobrar, também, a atitude da mídia. Além de reforçar apenas os pontos negativos das empresas estatais, procurou, sempre, divulgar a privatização como única saída e tirar de pauta qualquer informação, inclusive aquelas geradas pela própria CPMI, sobre os desvios detectados no PND.

(...) Imaginou-se cenários considerados extremamente pessimistas, com indicadores que levaram à subavaliação e à entrega, pura e simples, aos adquirentes de um patrimônio não diretamente produtivo, valiosíssimo, com milhares de hectares de lotes urbanos, casas, hospitais, escolas, etc. Não é tarefa das mais árduas promover uma avaliação justa deste patrimônio e confrontá-la com aquela utilizada pelas empresas de consultoria (...). Além disso, torna-se imperativo verificar como se deu, nos últimos anos, a apropriação destes bens imóveis, que motivos levaram as estatais a realizarem tais investimentos desfocados do sistema

de produção e que agora estão sendo transferidos, a preços vis, a empresários privados, ao invés de destacá-los e destiná-los a objetivos de interesse social como, por exemplo, a reforma agrária.

Por envolver recursos vultuosos e ter papel fundamental no processo de privatização, há que se promover investigação especial sobre a contratação, pelo BNDES, das empresas de consultoria encarregadas das avaliações das empresas constantes do PND. (...) A CPMI constatou a inexistência de tempo hábil para a Comissão Diretora avaliar o trabalho das consultorias, o que resultou na simples homologação dos estudos encaminhados pelo BNDES. Vale ressaltar que as empresas de consultoria têm direito ao recebimento dos chamados "prêmios-êxito"

pela efetivação de leilões, além da remuneração contratual acordada para a realização dos trabalhos. (...)

A aquisição de ações pelos empregados das empresas privatizadas tem sido, também, polêmica (...). O que se impõe discutir é a utilização dos empregados como instrumento de minimização dos preços das estatais e a necessidade de menores percentuais de arremate, por parte dos empresários, para caracterizar o controle majoritário. Além das artimanhas para o envolvimento dos empregados, tem-se notícia que, em alguns casos, foram utilizados hotéis

de luxo para acomodar e bajular representantes dos trabalhadores, no sentido de viabilizar o processo de conquista do controle acionário. A este propósito, assim se pronunciou o Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, em seu depoimento à CPMI: "quanto ao aspecto ético da última privatização, AÇOMINAS, (...) o grupo ganhador teve que comprar somente 30% das ações, enquanto que o grupo do qual fiz parte teve de comprar 50% (...), ao vender 20% das ações antecipadamente para os empregados, foi-lhes dado um poder de barganha enorme. (...). Contudo, essas pessoas ficaram morando quinze dias por conta de um dos compradores em um hotel em Minas, (...). Eticamente esse é um aspecto a ser mencionado."

É necessário sublinhar a utilização de créditos securitizados nos leilões. Foram transformadas em moedas as dívidas repactuadas com vencimentos que se estendem até o próximo milênio, em absoluto confronto com o que estipula o Art. 16 da Lei 8031, que consigna, apenas, títulos vencidos e jamais vincendos, (...). Além disso, utilizou-se créditos que merecem atenção especial como dívidas relativas à desapropriação de um porto em Belém; demandas judiciais com título genérico; dívidas relativas ao Programa de Equalização do Preço do Açúcar e do Alcool, que permanecem sob o manto do mistério, o que permite suscitar dúvidas quanto à sua liquidez. (...)

A mesma população que propiciou o impeachment de um Presidente da República ainda não teve cons-

ciência de como bilhões de dólares estão sendo transferidos para poucas mãos privadas, num verdadeiro desrespeito ao suor e ao trabalho de milhões de brasileiros. E não se pode negar que o próprio governo foi conivente nesta malversação. (...) Recomenda-se uma ampla revisão da legislação, visando redefinir o programa de acordo com as prioridades apontadas neste relatório (...). Por último, o Ministério Público deverá tomar todas as providências cabíveis no âmbito de sua competência relativas aos fatos aqui descritos."

"A CPI constatou a inexistência de tempo hábil para a avaliação do trabalho das consultorias"

"Na conquista de ações, foram utilizados hotéis de luxo para bajular os trabalhadores"

Dércio Munhoz analisa os rumos do real

CORECON - Primeiro, gostaríamos que o senhor fizesse uma avaliação sobre a presença do Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda.

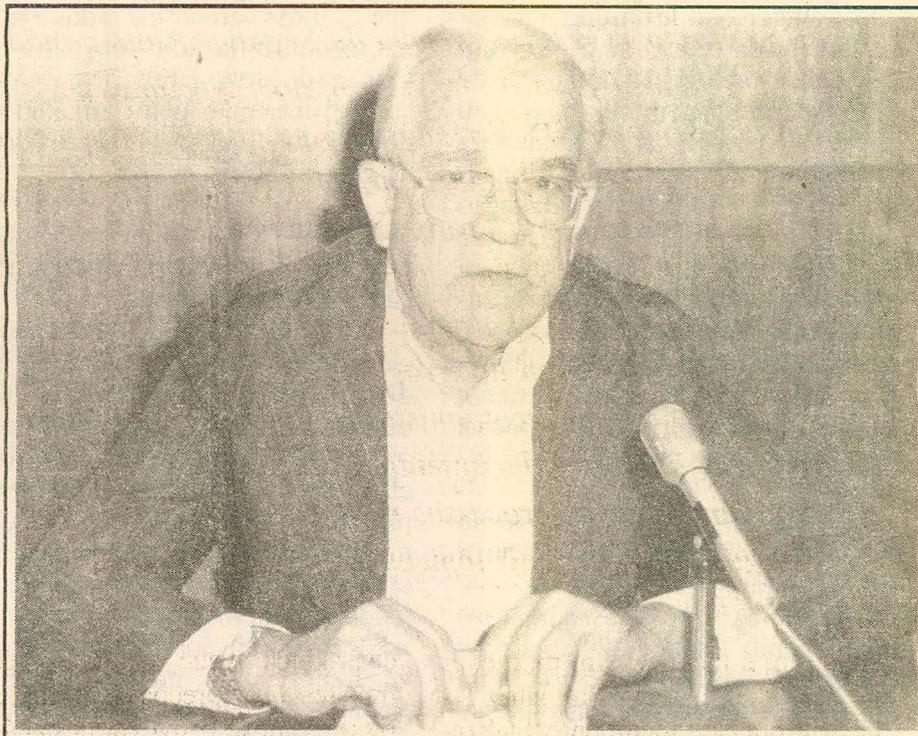
Munhoz - A ida do Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda de algum modo representava uma capitulação do presidente Itamar, porque as pressões da mídia exigiam que viesse alguém que assumisse a política econômica e o presidente não intervisse nisso. Desde o início do FHC se pensava que ele fosse fazer uma política de estabilização. A inflação estava em torno de 25% e eu supunha que, naquele momento, haveria a possibilidade de uma política econômica voltada para mudanças da política monetária, que conseguiria a estabilização num prazo de um ou dois anos, mas sem medidas heróicas. Isso desde que mudasse a política monetária e reativasse a economia, já que o nível de atividade era muito baixo.

CORECON - Então, o senhor acha que a demora do plano prejudicou ainda mais a economia do país?

Munhoz - É claro que quando o novo ministro Fernando Henrique começou a aplicar taxas de juros reais altas, isso foi elevando o custo da dívida pública e o componente financeiro na economia brasileira. A política econômica dessa equipe destabilizou a economia e forçou a reaceleração inflacionária. Supunha-se que esse processo fosse interrompido por um programa de estabilização. Mas a taxa de juros, começou a provocar um crescimento do custo financeiro do Estado e a pressionar os custos do sistema produtivo e a inflação. Ficou claro, logo, que a equipe não queria tomar nenhuma medida.

CORECON - A questão política também teria influenciado a equipe.

Munhoz - Nós estávamos na véspera de um ano eleitoral. Havia o risco político de que plano de estabilização, ainda em 93, se refletisse nos programas eleitorais da equipe e do PSDB. Ficou claro que o Governo estava administrando politicamente a economia. A comprovação disso se deu no momento em que a equipe econômica criou um conflito com todos os prefeitos, governadores e com os Poderes Legislativo e Judiciário, em torno de verbas orçamentárias e em torno do Fundo Social de Emergência. Eu fiquei perplexo porque o aumento da receita no ano



Para o economista Dércio Munhoz, professor da UnB, estamos iniciando a era do real com muitas incertezas.

Em entrevista aos economistas do Informe CORECON Luiz Antônio Rodrigues Elias, José Clemente de Oliveira, Marcelino José Jorge e José Carlos de Castro, Munhoz avalia os impactos das medidas do Governo e afirma que, com a transformação do Conselho Monetário Nacional em um órgão mais fechado, sem representantes no setor privado, chegamos à essência de quem tem poder no país.

passado tinha sido de US\$ 38 bilhões para US\$ 46 bilhões. A perspectiva para este ano era de US\$ 55 bilhões, portanto, um grande aumento de receita. Não havia motivo para criar conflito.

CORECON - Quais foram os erros cometidos pelo Governo nas chamadas primeiras fases do plano de estabilização?

Munhoz - Quando saiu o plano, todo mundo percebeu que não era plano de estabilização, era URV. As chamadas primeira e segunda etapas faziam parte da administração muito competente politicamente para que o plano viesse mais à frente. E o Ministro precisava se desincompatibilizar. Em março, nós tivemos a URV, que foi a indexação da economia. Claro que indexação não é um processo que gere estabilização; é fazer com

que os preços cresçam a uma mesma taxa. E se os preços crescem a uma mesma taxa, a tendência é que ingressemos em inflação crescente.

CORECON - Nesse ponto, os problemas começaram a aumentar, devido ao desnivelamento de preços.

Munhoz - Na medida em que grupos mais fracos, que não têm condições de ingressar na URV, o possam ingressar, a tendência é a inflação se elevar. Para as empresas que têm custos financeiros mais elevados, o papel da inflação é apenas determinar quem perde renda nesse processo. A inflação nada mais é que ter que encontrar nos grupos fracos, naqueles que nunca poderão acompanhar a movimentação de preços com a mesma rapidez, que percam a fatia de renda que não é mais deles. A

indexação, na medida em que coloca agentes mais fracos indexando à URV, deixa os outros grupos mais fracos, como os assalariados, pagando a conta sozinhos.

CORECON - A fórmula encontrada pelo Governo para que a economia se indexasse à URV, primeiramente anunciando que os preços deveriam se adequar pela média, acabou se perdendo no caminho.

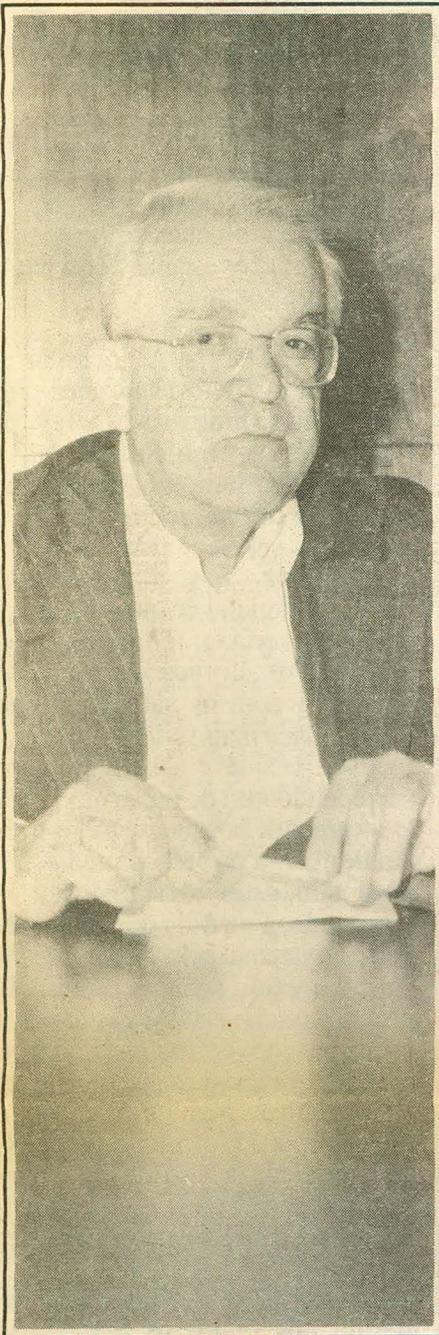
Munhoz - Esse plano teve uma colocação inicial de que a indexação à URV deveria ser feita pelos preços médios dos últimos quatro meses, como foi com os salários. Depois disso, nunca mais se falou em preços médios, o que é de algum modo surpreendente e de outro modo, não. É surpreendente porque, se todos trabalhassem com os preços médios, nós poderíamos ter estabilização. Por outro lado, à medida que se abandonou o argumento pelos preços médios, surgiu a explicação de que a URV proporcionaria estabilização porque estávamos nos deparando com uma corrida de cavalos em que uns atropelavam os outros. Na medida em que colocasse todos corrigindo pela URV, nós teríamos a corrida de cavalos sem atropelos, onde todos estariam cavalgando na mesma velocidade.

CORECON - Mas numa economia nós temos os preços crescendo em momento diferentes, o que dificultou a indexação à URV.

Munhoz - A URV foi inviável pela razão de que, se nós deixássemos todos correndo na mesma velocidade, os que estão atrás ficariam permanentemente atrás e quebrariam. É um congelamento de posições relativas. Tem um efeito desastroso para a economia das empresas. Não tem como os agentes indexarem à URV e ficarem na URV indefinidamente. Não porque, quando alguém entra na URV, o outro agente também faz a indexação e procura se acertar num determinado patamar. Aí, desajusta quem entrou antes na URV. Então, continua o desajuste de preços relativos.

CORECON - O senhor apontaria alguma alternativa para a equipe econômica naquele momento?

Munhoz - Poderia ter conseguido alguma coisa diferente, se fosse possível que todos indexassem pela média. Isso não foi possível porque os oligopólios procuram entrar numa posição mais confortável. Existe, numa economia inflacionária como a brasileira, uma grande gordura para



|| Nós não temos problema de ajuste fiscal. Nós temos um problema de desequilíbrio das finanças públicas, provocado pela política monetária. ||

o ajustamento de preços relativos, que não foi aproveitada por este plano. É a questão das vendas de indústria para indústria e da indústria para o comércio que são feitas com agregação antecipada de um componente financeiro da ordem de 50%. Num plano de estabilização, um preço de 150 poderia vir para 100, já que eu não tenho que colocar 50 a mais para receber em 30 dias, se vai haver estabilização. Se faz-se a indexação com o preço em 200 significa que essa diferença entre 100 e 150 é uma gordura que pode ser distribuída entre indústria, comércio e salários, que é para poder permitir quem estiver no último degrau ir para o degrau do meio, e quem estiver no primeiro degrau vá para o degrau do meio também.

CORECON - Mas o Governo realmente não deu importância a essa questão.

Munhoz - Se nós tirássemos esse componente financeiro, os preços teriam possibilidade de crescer menos e outros de crescer mais. E esse componente é que propiciaria um alinhamento de preços relativos. Ao não atentar para isso, o Governo permitiu que os preços fossem transformados em URV incorporando esse componente financeiro. Se esse era o elemento chave para que os preços relativos se alinhassem, e nós perdemos a oportunidade, significa que os grupos mais fortes entram no real com gordura financeira, como nos planos anteriores.

CORECON - Na sua avaliação, quais foram os principais erros da equipe na fase de implantação da URV?

Munhoz - Um grande equívoco foi quando o então Ministro Fernando Henrique Cardoso declarou no Senado que quem indexasse pela URV não poderia mudar mais, porque estaria cometendo um crime. Outro equívoco foi anunciar que após o plano haveria taxas de juros bem elevadas. Retornou-se àquela questão de que a política monetária anunciada antecipadamente interfere no sucesso do plano, como aconteceu claramente em 86 e no plano Verão, que não chegou a decolar.

CORECON - Por que a necessidade de se aplicar política de juros altos?

Munhoz - Nós temos aí uma armadilha, em que o Governo cai sempre quando anuncia política de juros altos. Como nós não teremos correção monetária pela frente, a não ser a super TR, quando se anuncia juros reais elevados se prenuncia um custo financeiro elevado. A partir disso, a experiência indica que a inflação geralmente supera as taxas de juros que se pretendeu colocar em

nível elevado. Os juros costumam ser negativos e, quando o governo percebe isso, puxa um juro mais alto ainda, para que tenha uma remuneração real. Ou seja, sinaliza novamente que os juros vão ser elevados e normalmente a inflação supera outra vez as taxas de juros. A taxa de juros não se justifica, nem pelo tamanho da dívida pública, nem pela necessidade de gerar títulos.

CORECON - A que conclusão o senhor chega diante dessa situação referente aos juros?

Munhoz - Essa questão de anunciar antecipadamente os juros elevados acaba se tornando um bumerangue. Isso é uma questão que preocupa. Talvez a gente deva concluir que não se pode entrar num plano de estabilização sem correção monetária. Sempre se quer acabar com a correção monetária para que todos acreditem que haverá estabilização. Mas sem possibilidade de navegar no escuro, anuncia-se juros elevados e começamos a realimentar o processo inflacionário.

CORECON - Quais seriam outros pontos preocupantes do plano de estabilização na sua avaliação?

Munhoz - Um plano de estabilização tem que dar compensações de custo ao sistema produtivo. E na área fiscal, este ano, nós estamos com um acréscimo da receita fiscal do Tesouro da ordem de 45% em dólares. Claro que é uma pressão brutal sobre os custos do sistema econômico. Ainda que a gente diga que é um problema de sonegação, são setores que vão incorporar aos preços os impostos de sonegação ou de inadimplência. De algum modo é uma pressão inflacionária adicional. Outro ponto que poderíamos ter para redução de custos do setor produtivo é que nós estamos com 25% a 30% de ociosidade industrial. Uma expansão da demanda com aproveitamento da capacidade ociosa geraria ganhos de escala, ou seja, redução dos custos médios, que seria um elemento para a estabilização.

CORECON - Nesse ponto, o Governo já anunciou que não vai permitir expansão do consumo.

Munhoz - Praticamente, com essa e outras questões, as portas foram sendo fechadas sucessivamente. A partir daí, temos dúvida de como é que nós vamos paralisar o movimento dos preços com a introdução do real. Claro que uma moeda nova não vai gerar estabilização. Eu até costume brincar que a Casa da Moeda está com excesso de encomenda de todos os países que têm inflação porque eles querem uma moeda nova, achando que assim estabiliza. Estabilizar é quando alguém

que tenha aumento de custos não passe esse aumento para frente ou passe menos. Isso requer que se jogue compensações no sistema produtivo. Poderia existir essa possibilidade, mas não foi oferecida.

CORECON - E as suas perspectivas quanto à paridade cambial? Pode haver complicadores maiores para a economia do país?

Munhoz - Não pode funcionar como âncora realmente, porque as operações cambiais no Brasil correspondem a algo em torno de US\$ 50 bilhões; eu falo daquelas que afetam o sistema produtivo. Significa que isso é 10% da composição da renda do país. Congelar um componente de custo como esse não é suficiente para controlar a inflação. O câmbio não é variável que possa segurar, mas em compensação pode causar um estrago muito grande.

CORECON - Quais seriam, então, os riscos que corremos?

Munhoz - Psicologicamente, porque se o dólar vai ficar na paridade unitária com o real, quando se mexer nisso vai dar a sinalização de que o plano foi para o espaço. Em termos reais, pode fazer retornar o desequilíbrio externo do Brasil, como aconteceu de forma dramática no México e na Argentina hoje. E para nós a questão é mais complexa, porque nós conseguimos superar a barreira da economia subdesenvolvida, que é a economia primária exportadora.

CORECON - As consequências poderão ser desastrosas para a economia?

Munhoz - Pode acabar comprometendo a economia do país por um século, porque passar de economia primária exportadora para exportadora de produtos industrializados, com mercado de alta velocidade de renda, poucos países conseguem ao longo de um século. O Brasil conseguiu. Outro aspecto é que menos exportações, menos emprego, numa economia que tem 25% a 30% de ociosidade. Além disso, cria desemprego nas importações competitivas.

CORECON - Vários fatores apontam para preocupações quanto à questão da moeda.

Munhoz - Passou-se a anunciar que a moeda vai ter estabilidade porque tem lastro no Banco Central. Mas isso não dá estabilidade, porque a inflação provoca apenas um problema de alocar perdas nos grupos de rendas fixas, faz um ajuste distributivo decorrente de problemas anteriores. Outra questão é que não existe lastro sem conversibilidade. Seria terrível se nós fizéssemos essa fantasia de lastro e dessemos conversibilidade, porque as nossas reservas são decor-

rentes de ingresso de recursos sobre contratos. Isso significa que aqueles que trouxeram recursos para aplicações financeiras, devido a altas taxas de juros especulativas, têm garantia da conversibilidade para saída. Assim, pode-se ter na conversibilidade uma perda de reservas e, quando aqueles que trouxeram recursos quiserem sair, o Banco Central não tendo, acontece como na Argentina, em meados dos anos 60, e no México, em torno de 81. De algum modo, a paridade do câmbio e as altas taxas de juros indicam uma pressão muito grande para a entrada de recursos para aplicações de curto prazo aqui.

CORECON - Isso cria mais um complicador para a economia.

Munhoz - Ou o Governo impede o ingresso de recursos, ou congela, porque há uma incompatibilidade de taxa de câmbio fixa e taxas de juros elevadas e liberdade de entrada de capitais no sistema financeiro. Nós devemos ter, possivelmente, uma regulamentação muito rígida na área cambial. O que é um paradoxo, já que se falava que nós marchávamos para um processo de liberação cambial crescente.

CORECON - Para o ex-ministro Bresser Pereira, o plano FHC, ao trabalhar com duas moedas, teria que se ancorar, numa primeira hipótese, em congelamento de preços; e, em segunda hipótese, numa âncora cambial. Essa âncora fixa ou ligeiramente flexível. A implantação do real, segundo ele, tem dois problemas: questão monetária e paridade cambial. Gostaria que o senhor explorasse mais esses pontos e, ainda, a questão do ajuste fiscal.

Munhoz - Nós não temos problema de ajuste fiscal. Nós temos um problema de desequilíbrio das finanças públicas provocado pela política monetária. A coisa mais surpreendente é dizer que o Banco Central está pagando juros elevados devido ao déficit público, se o déficit é decorrente do custo financeiro que os juros impõem ao Governo. Se fosse um problema fiscal, os outros planos teriam dado resultado. O Bresser coloca questões de congelamento e âncora. Âncora cambial não segura, nem âncora salarial, nem fiscal. A âncora fiscal tem efeito desestabilizador também. Se eu tenho aumento da carga fiscal, eu tenho uma pressão adicional sobre os preços.

CORECON - E quanto à questão monetária?

Munhoz - A questão monetária, evidentemente, constitui um bumerangue desses planos de estabilização, porque se desconhece que política monetária feita em países cen-

trais atua na decisão dos agentes a partir de sinalizações. Normalmente, a partir de uma sinalização, os agentes respondem, têm sensibilidade para isso. Mas não numa economia inflacionária, em que não há noção de preços relativos. E quando eu avanço na política monetária, a minha sinalização é puxar juros tão grandes, como agora. Esse é um componente de custo brutal, que desestabiliza a economia.

CORECON - Quais são as consequências dessa política para a economia?

Munhoz - Faz com que o Governo tenha um dispêndio que fica entre US\$ 20 bilhões a US\$ 25 bilhões com os juros da dívida pública. Isso porque nós pagamos juros de mercado na carteira do Banco Central. A política monetária provoca estragos generalizados. A proposta que tinha que haver no Congresso era moderação no crescimento da carga tributária. Nós estamos passando para 28%. A economia não pode ser violentada a partir de impactos desse tipo. O que deveria ser discutido é a redução da carga fiscal, para que a ampliação da base de contribuinte levasse a um aumento de forma mais lenta. Nós devíamos chegar até aos 30%, e não aos 28%, mas de forma mais lenta.

CORECON - A paridade cambial pode trazer graves consequências, tendo implicações no nível de atividade da economia. Qual o quadro que o senhor apresenta diante dessa medida?

Munhoz - A paridade fixa, como instrumento psicológico de que, tendo a paridade com o dólar e o dólar tendo poder de compra por ser moeda estável, nós damos condição de estabilidade à nossa moeda, é uma idéia ingênua. Na Argentina, onde se deu conversibilidade, a paridade fixa não funcionou como elemento de estabilização. A paridade fixa preocupa porque as importações continuarão com o preço fixo em moeda nacional e os produtos brasileiros, voltando a inflação, estariam com os preços crescentes. Isso desestabiliza o mercado interno porque os produtos estrangeiros começam a entrar competitivamente. Outra questão é quanto aos exportadores. Como é que eles vão ter receita fixa em moeda nacional com os custos crescentes? Iniciar a paridade fixa é fácil, mas sair...

CORECON - Como o Governo pode esperar inflação baixa com um custo financeiro muito alto?

Munhoz - É uma contradição esperar estabilidade de preços quando vai sinalizando com custos muito altos. Outro problema é manter a Ufir e a TR, que vai reajustar a cader-

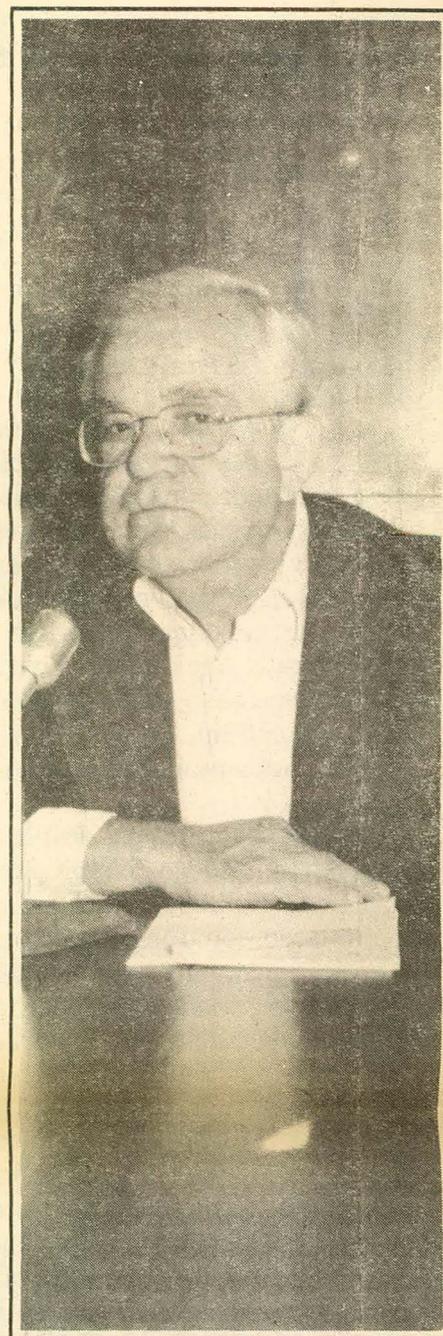
neta de poupança e os contratos financeiros em TR. Ao mesmo tempo, o Governo quer os demais contratos e os salários com prazo de correção de um ano. É uma contradição ter o passivo financeiro corrigido em TR e obrigar as empresas a não aumentarem os preços. Hoje, eu posso dizer que qualquer plano de estabilização, num quadro de inflação acima de 20%, só existirá com congelamento de preços de curto prazo.

CORECON - Como o senhor acha que o Governo vai conseguir administrar e impedir os aumentos em real?

Munhoz - Esse plano pretende fazer omelete sem quebrar os ovos e acaba criando esses problemas. Nós vamos ter rapidamente as questões na justiça, uma delas justamente de empresas com contratos sem poder reajustar e o passivo financeiro reajustado pela TR. Isso mostra que a paridade, que tenta manter algumas coisas fixas na economia, no final, as demais ela não consegue manter fixa. A paridade fixa pode ficar mesmo assim, mantida artificialmente, mas começa a provocar estragos na área do setor que recebe competição externa e também no setor exportador.

CORECON - Caso essas restrições ao sucesso do plano prevaleçam, talvez mais uma vez se confirme que, a partir de inflação alta, nós temos que usar algum instrumento, como correção monetária ou controle de preços, para uma etapa de transição. Isso remete para a dúvida de que, numa situação como a brasileira, nós temos que ter uma concepção de Estado diferente daquela pregada pelos liberais desde a segunda metade de 80. Como é que nós podemos ver um futuro quanto à efetiva realização dessas reformas estruturais necessárias?

Munhoz - O que temos visto no Brasil é o Estado como instrumento para garantir taxas de retorno para determinados setores. Nós vemos toda uma justificativa para determinadas ações que não tem base na realidade. Sempre se procurou justificativa para tomar certas decisões para preservar um determinado tipo de política econômica que, em essência, era para garantir grandes ganhos aos setores produtivos que não podia investir. Os setores poderiam sobreviver a partir dos ganhos com a especulação financeira. Isso começou em 81. Vemos que temos um Estado com um discurso liberal, mas, na verdade, interfere profundamente no sistema econômico, de modo a manter esses ganhos financeiros. Nós temos um apartheid industrial.



|| É uma contradição esperar estabilidade, quando há sinais de custos financeiros muito elevados. Esse plano trará problemas na justiça. ||

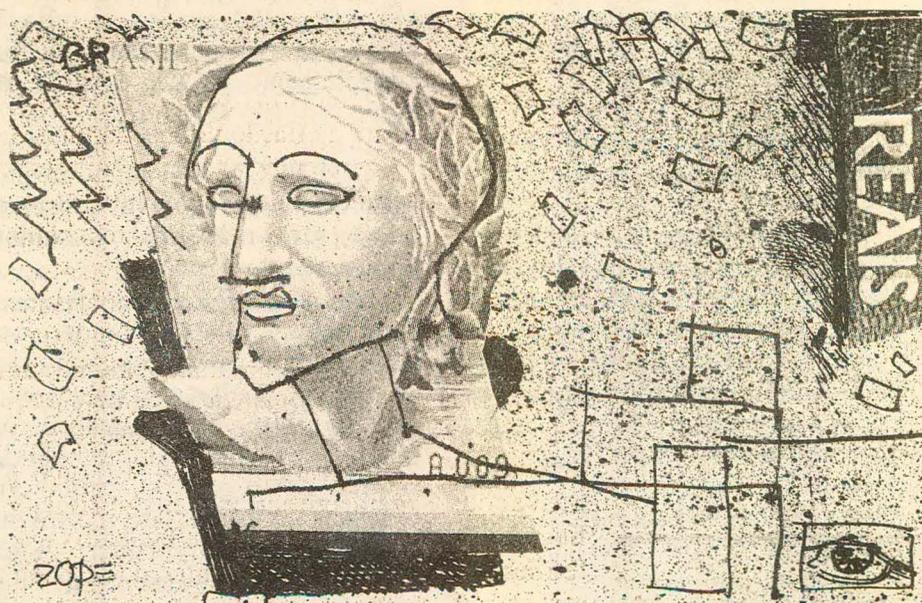
Plano Real: terceira fase

Fernando J. Cardim de Carvalho*

Na entrada em sua terceira etapa, o Plano Real (ex-Plano FHC) sofre mais uma reviravolta. A reforma monetária que se anuncia, com a criação de uma nova moeda e a definição de suas regras de emissão, se dará por linhas completamente diversas daquelas que o público foi levado a esperar quando do lançamento original do plano, em dezembro do ano passado, e da criação da URV, que definiu, em fevereiro, a segunda fase do programa de estabilização.

A concepção original do plano era, como indicado, a de reproduzir "em laboratório", a fase final de uma hiperinflação, como preparação para a transição para uma nova unidade monetária que, criada sobre as cinzas da moeda degradada pela inflação, estaria descontaminada dos problemas desta última. Nas hiperinflações, a aceleração explosiva do crescimento dos preços fez com o público adotasse uma unidade de conta alternativa à moeda legal, normalmente o dólar americano, que permitia aos agentes recuperar sua capacidade de cálculo econômico e de tomada de decisões. Quando a disseminação do dólar como unidade de conta se completava, criava-se uma nova moeda que representava a moeda estrangeira, herdando-lhe as qualidades. Medidas adicionais de política econômica, visando a sustentar duravelmente a estabilização, sinalizavam que a nova moeda local teria condições de continuar representando o dólar como medida estável de valor.

O plano Real era uma tentativa de reproduzir, de forma controlada, este processo. A fase II, de introdução e disseminação da URV, correspondia à dolarização do cálculo econômico ocorrida nas hiperinflações. O cruzeiro real foi substituído, gradativamente, em todos os contratos e arranjos econômicos, por uma nova unidade de conta, a URV, que exerceu o papel que a moeda estrangeira teve na hiperinflação. Quando a dolarização, disfarçada de urverização, se completasse, uma nova moeda legal seria criada, o real, apoiada no dólar/URV, na esperança de que o público reconhecesse nela as



mesmas propriedades que o dólar tem aos seus olhos.

As expectativas de praticamente todos os observadores (inclusive daqueles que se colocavam em posição de crítica desta estratégia) eram de que a fase III do plano consistiria na criação de uma moeda que teria uma relação fixa com o dólar, apoiada na ampla disponibilidade de reservas em divisas que o país detém. A declaração de conversibilidade entre o real e o dólar sinalizariam ao público a intercambiabilidade entre as duas moedas, que sustentaria a transferência para o primeiro das propriedades de estabilidade do segundo. A adoção de uma âncora cambial implicaria da aceitação de que a quantidade de moeda circulante na economia seria uma variável de ajuste, praticamente fora do controle das autoridades monetárias, característica que se tornaria absoluta nas versões mais extremas desta proposta, como a do conselho da moeda (currency board).

Esta estratégia envolve vários riscos, bastante explorados nos debates de fevereiro para cá. Em particular, o Ministério da Fazenda parece ter descoberto recentemente que 1994 é um ano eleitoral e que o aumento das incertezas nos mercados, especialmente o financeiro e o cambial, natural nestas circunstâncias, seria acentuado pela possibilidade real de que um candidato de esquerda se torne presidente.

Esta súbita percepção somou-se ao desapontamento com a incapacidade

do Congresso Nacional de tomar qualquer iniciativa na direção das reformas institucionais com que se contava para dar sustentação de longo prazo à reforma monetária. A equipe econômica parece ter concluído que, nestas circunstâncias, o risco associado à estratégia anterior, de fixação do câmbio e liberação da conversibilidade real/dólar, seria excessivo. Sem os ajustes fundamentais da economia (com a consciência generalizada de que o Fundo Social de Emergência é solução precária e provisória) e com a possibilidade da vitória do PT na eleição presidencial, a âncora cambial parece ter sido julgada demasiadamente perigosa. Os riscos de fuga de capitais, facilitada pela conversibilidade e pelo câmbio fixo devem ter sido avaliados como excessivos.

É este quadro que deve provavelmente explicar a radical mudança de rumos que membros da equipe econômica começaram a anunciar, com as reticências de sempre, nas últimas semanas e que tomou forma concreta finalmente nestes últimos dias de junho. A ancoragem cambial foi abandonada, dela restando apenas alguns resquícios sem qualquer relevância, de natureza simbólica, na definição, inútil e supérflua, de um lastro para o real. A confiança no real não mais se sustentará na possibilidade de livre passagem desta moeda para um outra, reconhecidamente forte, como o dólar. A confiança de que o real não se depreciará continuamente, como

a longa lista de fracassadas moedas brasileiras, como o cruzeiro real, o cruzeiro, o cruzado, os novos isto, novos aquilo, deverá se apoiar na decisão, ou, melhor, do compromisso da autoridade monetária em limitar a emissão de moeda a metas pré-anunciadas.

O real é criado com uma paridade "estável" (não fixa) com dólar em um para um. O governo anuncia ainda que os reais emitidos estarão lastreados em parte das reservas de divisas do país. Este lastro, na verdade, é apenas uma formalidade, aparentemente voltada para capturar algum resíduo de confiança daqueles que se preparavam para ver na fixação do câmbio a equivalência do real com o dólar. O real não é conversível em dólares, fazendo, assim, que o lastreamento não seja mais do que uma declaração de governo, ao invés de algum mecanismo de sustentação do valor da moeda local. Por outro lado, como apenas uma fração relativamente pequena das reservas existentes estará sendo utilizada como lastro, o papel deste como limitador da criação de reais também não tem qualquer eficácia. Pretende-se emitir 9,5 bilhões de reais até março de 1995, equivalentes a US\$ 9,5 bilhões em reservas. O total de reservas se situa em quase US\$ 40 bilhões. O que deve o público esperar que aconteça quando se atingir os 9,5 bilhões? Ou o que devemos esperar se os 9,5 bilhões forem atingidos antes do prazo? O que impede a criação adicional de moeda? Qual é a explicação para o valor escolhido? Há alguma explicação para ser este o valor e não qualquer outro?

Na verdade, as regras previstas de criação de moeda não parecem ter nenhuma dependência substantiva das reservas. O lastro tornou-se uma ficção, uma tentativa de fazer o real tomar carona com o dólar aos olhos do público, tentativa reforçada pelo câmbio "estável", ao menos por algum tempo.

As regras substantivas se definem, na verdade, de outro modo. A adesão à fixação de metas quantitativas para a criação do real é a verdadeira âncora escolhida. Preconiza-se a definição de metas quantitativas trimestrais, fixadas pela autoridade

monetária, submetidas ao Conselho Monetário Nacional (que deverá ter sua composição modificada) e à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Através do raciocínio da oferta de moeda se reprimirá pressões inflacionárias. Na verdade, a tomar-se certas teorias macroeco-nômicas modernas pelo seu valor de face, o simples anúncio, se cercado da credibilidade necessária, já deveria ser capaz de impedir que pressões inflacionárias emergiam. Agentes econômicos racionais se valeriam da

informação a respeito do crescimento programado da oferta de moeda para determinar seu próprio comportamento. Isto, naturalmente, se acreditarem que as metas anunciadas serão efetivamente alcançadas. As primeiras metas já estão especificadas para os próximos trimestres, até chegar a R\$ 9,5 bilhões para o trimestre encerrado em 31 de março de 1995.

O sistema de adesão a metas quantitativas para a oferta de moeda foi a grande moda em política monetária em grande parte dos países mais desenvolvidos de meados dos anos 70 a inícios dos anos 80. Sua adoção deu-se largamente como parte da contrarrevolução monetarista, que tem seu auge no período. O pressuposto desta política era precisamente o de que a disciplina monetária representada pelo anúncio de metas para o crescimento da moeda seria duplamente estabilizante: pressões inflacionárias seriam sufocadas, ao mesmo tempo em que a economia real permaneceria em seus estados "naturais", em que os agentes econômicos poderiam se adaptar aos fatores reais da economia, sem se preocuparem com choques monetários. Em meados dos anos 80, todos os países que haviam adotado estas regras já as tinham abandonado. Em alguns deles, metas de crescimento de moeda tornaram-se um indicador entre outros, uma forma de mudar a política mantendo-se a adoração dos velhos ídolos. Em outros, a flexibilização foi mais aberta**.

Em economias normais, a implementação estrita de metas mo-

netárias é tornada impossível, em horizontes mais curtos pelas impossibilidades de controlar de modo mais fino a operação dos bancos na criação de depósitos, criando a necessidade de acomodação, por parte da autoridade monetária, das demandas por reservas daquelas instituições. Numa perspectiva mais longa, varia-

ções na própria demanda por moeda, com o público aprendendo novas formas de economizar saldos monetários e com o desenvolvimento de inovações financeiras, tendem a

reduzir a eficácia destas políticas. A tentativa de perseguição de metas monetárias, nestas condições, leva a uma grande volatilidade das taxas de juros que, além de serem em si mesmas fontes de problemas, também acabam por induzir os agentes que operam nestes mercados a desenvolver novos instrumentos, como os derivativos, por exemplo, que reduzem também o poder de direção da autoridade monetária. A operação de políticas monetárias restritivas acaba exigindo um rigor de execução tal, para não deixar dúvidas sobre a disposição da autoridade monetária e sobre sua capacidade de ação, que pode acabar se tornando simplesmente inviável.

Em conjunturas de transição, como a que viverá a economia brasileira, estas dificuldades são agravadas. Em primeiro lugar, pela grande incógnita que é a demanda por moeda no Brasil, após mais de duas décadas de inflação elevada e de tantas mudanças institucionais. As metas fixadas podem ser excessivamente duras, mandando as taxas de juros às nuvens, mas também podem ser excessivamente relaxadas, não tendo qualquer efeito de repressão monetária. Tudo depende do que acontecerá com a demanda por moeda. Por outro lado, é improvável que a demanda por moeda, digamos, normal da economia, se revele logo. O clima em que o real está sendo introduzido pode não ser favorável, o público brasileiro já viveu outras experiências, sempre mal-sucedidas, de estabilização: não é de se supor que a

credibilidade deste plano seja alcançada com rapidez. Se isto se der, a verdadeira demanda por moeda só se mostrará aos poucos.

Mas o desconhecimento dos verdadeiros parâmetros da demanda por moeda no Brasil não é o único problema com que se depararão os gestores da política monetária. As instituições e práticas correntes no mercado monetário brasileiro não favorecem a fixação de metas rígidas para a criação de moeda que é hoje largamente endógena. Tais práticas, como a da zeragem automática, poderão ser eventualmente abandonadas, mas a aversão a riscos característica de elementos importantes da equipe econômica faz supor que isto só se dará gradualmente, no intuito de evitar quaisquer traumas aos mercados. Ora, a sobrevivência, mesmo temporária, de práticas como a da zeragem automática constitui obstáculo praticamente fatal à fixação de metas para a quantidade de moeda. A isto se somam dificuldades com a gestão da dívida pública, hoje pagando juros muito elevados sobre títulos de curta duração, cuja liquidez paira como uma nuvem negra sobre tentativas de restrição monetária. A impressionante cautela com que algumas autoridades e assessores tratam das mudanças institucionais que terão de ser promovidas para que a estabilização tenha alguma chance diminui em muito a credibilidade

das medidas, esquecendo que a batalha da estabilização será ganha ou perdida na transformação das atitudes e expectativas do público. Em qualquer circunstância, uma vez que metas sejam anunciadas, elas não poderão ser mudadas, já que a adesão rígida ao controle de moeda passou a ser o único fundamento do valor do real.

Tudo isto nos faz supor ter havido uma única e realmente grande reviravolta: a terceira e decisiva fase do plano real, que desfecharia o golpe final na inflação brasileira pode estar se tornando apenas mais uma versão sofisticada do velho feijão com arroz, adotando métodos aparentemente drásticos de política, cuja

eficácia é, contudo, limitada. Talvez seja este mesmo o objetivo: ganhar tempo, talvez até as eleições, talvez para que se prepare uma fase IV, ou V, ou VI, onde, em algum momento, um programa sustentável de estabilização seja finalmente tentado. A inflação cairá no futuro imediato, por definição: a simples substituição do cruzeiro real pelo real faz com que a taxa de inflação que teremos seja, ao menos no início, igual à taxa de aceleração da inflação que vínhamos tendo. Este é um efeito que decorre da própria natureza da URV e do real e nada tem a ver com a eficácia ou não do plano em si. É após este primeiro momento, quando o público tiver aceito o real como moeda, que o programa de estabilização começará a existir, caso o público venha a acreditar que o poder de compra desta nova moeda será estável. É neste momento, para construir esta confiança, que a definição da âncora se torna importante para sustentar expectativas estabilizantes. A eficácia de restrições monetárias para isto, especialmente nas condições atuais, deve ser muito reduzida, certamente muito menor do que seria a aposta

mais ousada, e, por isto mesmo, mais mobilizante, da âncora cambial. O plano poderia viver algum tempo da desaceleração inicial. A caça aos especuladores, a busca do

boi no pasto, e outras medidas de igual profundidade podem garantir um fôlego adicional, talvez até dezembro. Depois, o próximo governo decidirá.

* FEA e IEI-UFRJ.

** A adesão a políticas de controle de expansão de moeda e seu posterior abandono é tema de um grande número de estudos. Sem dúvida, um dos mais interessantes, é o simpósio editado por Paul Meek, *Central Bank Views on Monetary Targeting*, The Federal Reserve Bank of New York, 1982. Neste simpósio, representantes dos principais bancos centrais do mundo capitalista descrevem suas experiências na tentativa de fixação de regras de expansão monetária e as razões porque estes esforços foram interrompidos.

"O lastro tornou-se uma ficção, uma alternativa de fazer o real tomar carona com o dólar aos olhos do público."

"A terceira e decisiva fase do plano pode estar se tornando apenas mais uma versão sofisticada do velho feijão com arroz, cuja a eficácia é limitada"

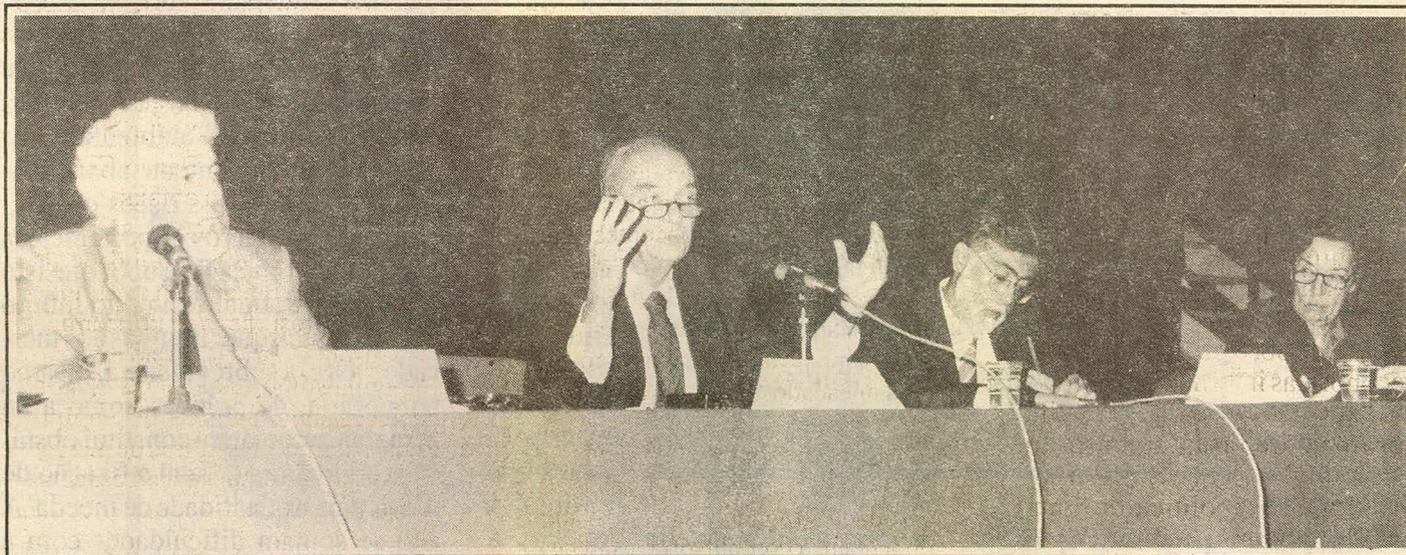
Bretton Woods: um sistema falido?

No momento em que o acordo de Bretton Woods completa 50 anos, o CORECON, Sindicon, IERJ e PACS promoveram, nos dias 13 e 14 de junho, na Faculdade Cândido Mendes - Centro, o seminário "50 anos de Bretton Woods e o Brasil". Foram seis mesas, abordando temas diversos, entre eles as "Transformações Globais" e o "Sistema Monetário e Financeiro Internacional". O Informe CORECON abre espaço para registrar aqui as principais idéias levantadas durante o evento, dando maior destaque a estas duas mesas. A íntegra de todo o Seminário se encontra à disposição na sede do CORECON.

O tema de abertura do seminário "Transformações Globais" foi apresentado pelos economistas Teotônio dos Santos, da UFF, Maria da Conceição Tavares, presidente do IERJ, e Cândido Mendes, diretor das Faculdades Cândido Mendes. Procurando dar ênfase às mudanças que estão ocorrendo no mundo, na chamada globalização da economia, os palestrantes foram categóricos em afirmar que a organização econômica mundial, proposta no acordo de Bretton Woods há 50 anos, está em crise, precisando ser reestruturada. Para eles, poucos países irão se beneficiar da globalização. O resto será visto como regiões periféricas, cada vez mais inexpressivas aos olhos das principais nações. A saída para o Brasil é fortalecer-se internamente, para não ser apenas mais uma periferia pacífica e inócuca.

A preocupação com a organização interna da economia, e sobretudo, do Estado brasileiro, ficou clara em exposições como a de Teotônio dos Santos, ao ressaltar que a formação de uma economia global é um processo de articulação de diversos sistemas regionais. Para ele, o conceito de globalização vem substituir o conceito de internacionalização, tentando afirmar que existe um fenômeno de superar a simples relação entre nações. Uma dessas tentativas começou no pós-Segunda Guerra, com o surgimento da ONU, resolvendo questões políticas e sociais e do acordo de Bretton Woods, projeto de organização unitária da economia mundial.

Teotônio dos Santos ressaltou que a preocupação de ver o mundo como um todo sempre existiu. As guerras fazem parte desse processo de organização global. O processo de lutas levou à hegemonia de dois países, o que contribuiu para essa globalização. Depois, houve a queda do Muro de Berlim, o fim da União Soviética e, sobretudo, a revolução tecnológica que, desde a conquista espacial na década de 50, vem contribuindo para essa visão do planeta como uma unidade. "Há uma mudança qualitativa de ver o planeta, que é acrescentada pelas imagens fornecidas pelas telecomunicações.



Da esq. para a dir.: Teotônio dos Santos, Cândido Mendes, Reinaldo Gonçalves e Conceição Tavares

Com isso, vai se afirmando a necessidade de regras para reger essa globalização. Principalmente quando vemos que o fim da bipolaridade EUA e URSS vem gerando conflitos em diversos estados e países, buscando a reorganização regional."

A preocupação com o Estado brasileiro também foi levantada por Maria da Conceição Tavares, ao lembrar que somos um país continental que copiou uma literatura econômica não adequada para a nossa realidade. "Acabamos de terminar nossa Segunda Revolução Industrial, não temos mercado de massa consumidor, devido à vergonhosa divisão de rendas, e temos um dramático problema de infra-estrutura", analisou.

O sistema de Bretton Woods entrou em crise desde o início dos anos 70, quando a crise monetária da época rompeu com o padrão dólar-ouro, dando lugar a um mercado em que é possível atuar com várias moedas. Na opinião de Conceição Tavares, o sistema monetário ainda não implodiu porque há acordos entre as moedas mais fortes do mercado. Mesmo assim, a idéia liberal de que as três principais moedas internacionais um dia iriam convergir com as taxas de juros não chegará a se concretizar. Para ela, essas moedas continuarão a flutuar no mercado mundial. "Nós temos que pensar é na nossa taxa cambial, na reestruturação de nossos "banquetes" ridículos que acham que podem fazer parte dessa Nova Ordem. Qualquer pretensão nacio-

nal de participar do mercado global é equivocada."

Ainda defendendo o olhar para dentro do Brasil, Conceição fez questão de enfatizar a necessidade do país de não seguir os "desmandos neoliberais" que querem acabar com o Banco Central e o Banco do Brasil e defendem a privatização de empresas como a Vale do Rio Doce, a Petrobrás e a Telebrás. Conceição Tavares acredita que o Brasil não quer entrar nessa briga pela globalização, mas será obrigado a participar dela. E essas seriam as únicas instituições e empresas nacionais capazes de estar presentes na Nova Ordem.

Para Cândido Mendes, as perspectivas de Bretton Woods estão destruídas depois do colapso da bipolaridade. A potência, Estados Unidos, não tem interesse de completar sua hegemonia e não tem medo de sofrer ela mesma uma hegemonia. Passa a ser indiferente a Guerra na Bósnia ou as mortes em Ruanda. Os Estados Unidos se recolhem ao que é a sua análise de custos e benefícios, não preocupando-se com os mercados periféricos. As periferias se tornam mais irrelevantes do que nunca e somem da economia nesta Nova Ordem Mundial.

Está havendo uma reconcentração do capital americano dentro dos Estados Unidos. O governo Clinton declara que é necessário não medir esforços na superhighways - as super-rodovias

de informações que irão revolucionar o planeta e todo o conceito da "aldeia global". A questão colocada por Cândido Mendes é: como fica o resto do mundo? Para isso, ele comparou as periferias dessa Nova Ordem com os bárbaros que rondavam as grandes cidades medievais e que precisavam ser domesticados. "Somos a periferia descartada desse processo que precisa ter o seu imaginário domesticado. Como um voyer que observa o que se passa no resto do mundo, através da telecomunicação, sem no entanto fazer parte dele. O poder de barganha do mundo bipolar desaparece."

Surgem três saídas para esse mundo, dentro da Nova Ordem. A integração total, seja via NAFTA, como o México pretende; fortalecimento interno, resistindo mesmo com um capitalismo de segunda ordem, mesmo via guerra civil; ou o desenvolvimento de uma dinâmica interna, sem prender o olhar para a economia mundial. Fechando a palestra, Cândido Mendes propôs: "Na hora em que as periferias se transformarem em "amigas", pacíficas e inócuas, espero que sejamos os bárbaros dessa Nova Ordem."

A mesa sobre "Sistema Monetário e Financeiro Internacional" contou com a presença dos professores da Universidade de Brasília, Dércio Munhoz, Claudio Roberto Contador, da Coppead - UFERJ, e Reinaldo Gonçalves, da UFRJ e do PACS. Segundo Dércio Munhoz, entre os

Resumo das palestras

MESA 2: Paradigma Tecnológico e Propriedade Industrial

O tema proposto nesta mesa foi desenvolvido por Antônio Luís Barbosa, economista e técnico da FINEP, que se deteve em relatar as discussões existentes sobre propriedade industrial e leis de patentes no mundo. O economista fez uma análise do novo paradigma mundial, ressaltando que este não vem mostrando na prática o que se pregava que iria acontecer num momento pós-guerra fria: "a globalização do mercado e da informação não existe, como também o esperado entrosamento dos sistemas de governo está ameaçado pelas guerras em diversas regiões."

Barbosa esclareceu a polêmica que vem saindo na imprensa diária, de que a Rodada Uruguai do Gatt teria abolido a licença compulsória, usada para permitir que um produto - sem comercialização de quem detém sua patente, em determinado país - possa ser negociado por terceiros, desde que quem explore o invento pague royalties ao dono da patente. "Os últimos acordos do Gatt não acabam com a licença compulsória, mas proibem o governo de anunciar as patentes que não estão em uso, como a Inglaterra estava fazendo até agora". Na opinião de Barbosa, a mudança mais radical, que deveria estar chamando a atenção da sociedade, é a liberação da remessa de royalties para as matrizes estrangeiras, que passa a ser legal.

MESA 3: Internacionalização da Produção e Empresas Transnacionais

Para o economista Rui Santa Cruz, da Faculdade Cândido Mendes, o acordo de Bretton Woods obteve um sucesso tão relativo quanto o Gatt. Segundo avalia, Bretton Woods "rachou" em 1970 devido à questão do déficit público americano. Entre as dificuldades enfrentadas estariam as políticas nacionais convergentes dos países que firmaram o acordo.

Otávio Barros, da Unicamp, identificou dois ciclos transnacionais criados a partir de Bretton Woods. O Primeiro, do pós-guerra até o final da década de 70, teve um padrão tecnológico claro, baseado nas grandes empresas que se deslocavam para os países em desenvolvimento. O segundo ciclo, a partir do final de 70, foi de transnacionalização, que implementa a ocupação de investidores europeus e japoneses nos Estados Unidos.

Deste novo quadro, emergiram novas formas de investimento: acordos, parcerias, e processos de fusão e aquisição de empresas, que não teriam sido possíveis sem o processo de globalização financeira. "O Brasil precisa identificar os riscos e as oportunidades deste novo cenário. Nosso poder de barganha não é o mesmo do pós-guerra; hoje, a nossa atratividade é imposta", finalizou.

O ex-presidente do Banco Central Paulo Lira também é da opinião de que o país precisa definir quais são seus interesses. "Existe disponibilidade de capital internacional, existe grande liquidez e o Brasil deve se utilizar disso", analisou. Com relação aos mercados de empréstimo, disse ser necessário estabelecer uma política de endividamento externo. "Neste tipo de mercado, é preciso dar uma atenção especial às bolsas de valores."

MESA 4: Comércio Internacional e Integração Econômica

Na opinião de Lia Vals Pereira, da Fundação Getúlio Vargas e da UERJ, até a década de 70 as tensões comerciais eram muito menores. A partir daí, Europa e Japão passam a ter presença significativa no comércio mundial; o Gatt não consegue manter a disciplina; e os Estados Unidos passam a impor disciplina se utilizando de medidas de retaliação. "Todos os países fazem algum tipo de política comercial e isso é sempre um potencial enorme de conflito", explicou. Para Vals Pereira, a Organização Mundial do Comércio - OMC - mostra um sinal de elevar o grau de poder regulatório, mas "nada garante que essa nova disciplina vai existir".

Ricardo Tavares, da FASE, avaliou a importância de a sociedade se mobilizar diante das questões que vão alterar os seus interesses. Ao lembrar que a sociedade como um todo é afetada, Tavares considera relevante o trabalho desenvolvido pelas ONGs, no sentido de tornar a política comercial mais transparente. Recém chegado dos Estados Unidos, onde analisou o papel dos atores sociais no processo de implantação do NAFTA, ele avalia como parte do trabalho das ONGs "transformar as discussões técnicas em papo de bar". Mesmo reconhecendo como insuficiente o trabalho desenvolvido sobre os impactos do MERCOSUL para a sociedade brasileira, Tavares acha que "não estamos pagando um preço muito alto com a integração".

Franklin Trein, da UFRJ, ao fazer uma análise sobre a União Européia

(UE), afirmou que a Europa sempre buscou mais benefícios para os seus membros. "O comportamento da UE com relação ao comércio internacional nunca foi exemplar no sentido dos termos gerais do Gatt", avaliou. Segundo Trein, as incertezas quanto ao comércio internacional não estão tão presentes na UE, porque a Europa tem um alto grau de complementariedade dentro de suas próprias regras. Essa particularidade permite à comunidade uma certa autonomia de movimento. Trein acredita ser uma tendência irreversível a queda de participação da Europa no comércio internacional: "a estimativa é de que perca de 12% a 15% de participação até o ano 2000, mas na área agrícola tende a crescer; aliás, já cresceu".

MESA 6: Pobreza, Emprego e a Carta de Havana

A Carta de Havana, quase 50 anos após ter sido assinada por 53 países, nunca foi implementada, conforme avaliação de Luís Carlos Prado, da UFF. Para ele, a Carta tratava de questões, como emprego, medidas do desenvolvimento econômico, práticas comerciais destitutivas, que nunca foram consideradas no processo do Gatt. Segundo ele, como a Carta de Havana não deu certo, o Gatt acabou se transformando na base que regulava o processo de negociação multilateral do pós-guerra. No entanto, acrescentou: "uma importante limitação do Gatt é nunca ter sido influenciado por considerações com o desenvolvimento econômico".

Segundo Prado, essas questões criaram uma crescente insatisfação para os países em desenvolvimento e, mesmo após pressão junto à ONU para que essas questões fossem incorporadas ao Gatt, "toda vez que estavam em jogo os interesses dos países desenvolvidos, as regras eram flexibilizadas". Sobre a OMC, a avaliação de Prado também não é otimista. Ele acredita que a nova Organização "não será um meio de se obter outros benefícios de natureza social e econômica, a não ser aqueles decorrentes do livre comércio em si mesmo".

Prado teme o risco de que legislações nacionais e acordos internacionais, feitos entre países periféricos, entrem em conflito com algumas regras desenvolvidas pela OMC e que isso dê justificativa para suplementar uma nova bateria de retaliações. "Temo que isso venha a ser, na prática, legitimada pela Organização", acrescentou.

anos 47 e 65, o FMI reinou quase que absoluto no financiamento internacional, "com financiamentos condicionados". Devido a esta particularidade, o Fundo acabou tendo uma importância política muito grande, principalmente na América Latina. "Na falta de alternativa, o Fundo era a fonte e a condicionalidade de questões econômicas e políticas", ressaltou.

A partir de meados da década de 60, a consolidação das euromonedas significou quase que um alvará de soltura. O economista lembrou as situações enfrentadas pelos ex-presidentes JK e João Goulart, ao destacar que os países eram praticamente estrangulados quando não obedeciam ao FMI. Com as euromonedas, o Fundo entrou num período de ostracismo.

Ao continuar sua avaliação sobre os 50 anos, Munhoz destacou que, na década de 80, o Fundo reingressou nas economias internacionais agindo como "xerife". Ou seja, "garantindo programas de ajustamento que viabilizariam o reequilíbrio dos países". Para ele, a política do Fundo gerou empobrecimento da população dos países em desenvolvimento, agravando os problemas internos sem resolver os externos. O professor da UnB acrescentou que o FMI, para contribuir com políticas, deveria fazer financiamentos de longo prazo, afastar capital especulativo e rediscutir as políticas de renda.

Reinaldo Gonçalves ressaltou que o acordo de Bretton Woods foi importante por ter criado um momento político de cooperação, mas acrescentou que o FMI - um dos "filhos" de Bretton Woods - perdeu totalmente o seu papel de cooperação internacional. "O G-7 significou um atestado de óbito do sistema monetário internacional. Uma das funções do FMI foi montar sistemas, que deram sustentação à expansão do capitalismo nestes 50 anos", afirmou.

Segundo o professor da UFRJ, existe uma necessidade urgente de reforma dos "filhos" de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial). Gonçalves identificou algumas falhas do sistema: uma das funções do Fundo era criar um sistema de liquidez internacional, mas perdeu essa capacidade; a credibilidade do FMI também foi afetada; os programas de estabilização são inadequados; e existe um problema de desempenho do Banco Mundial.

O professor de economia Cláudio Contador se mostrou pessimista quanto às possibilidades futuras do Brasil, ao analisar o processo de integração financeira internacional. Claudio Contador foi categórico: "O país é frágil no aspecto social; não existem instrumentos internacionais ou domésticos que possam resolver esta questão. É difícil encontrar saídas para o Brasil no processo de integração internacional".

50 Anos de Bretton Woods

Luiz Fernando Rodrigues de Paula*

Há cinquenta anos, em primeiro de julho de 1994, mais de 700 delegados de 44 países se reuniam em Bretton Woods, New Hampshire, nos EUA, para elaborarem um plano capaz de criar uma nova ordem econômica mundial - liberal e internacionalizante - após três décadas de depressão, caos financeiro e guerras mundiais. Depois de amplas discussões, em que ficaram notáveis as discordâncias entre o principal representante britânico, Lord Keynes, e o representante norte-americano, Harry White, foram aprovados em 22 de julho de 1944 os acordos de Bretton Woods, provendo um arcabouço institucional que daria sustentação a cerca de 25 anos de crescimento contínuo no mundo capitalista.

Tal arcabouço instituiu as regras do jogo internacional que passaram a vigorar no pós-guerra, estabelecendo um novo padrão monetário-internacional - o padrão ouro-divisas acoplado a um sistema de taxas de câmbio fixas entre as inúmeras moedas nacionais -, além de criar o Fundo Monetário Internacional (FMI), destinado a zelar pela execução do acordo e a conceder empréstimos a países com balanço de pagamentos deficitários, e o Banco Mundial (BIRD), financiador de projetos de desenvolvimento. Como a moeda americana era a única mundialmente aceita no comércio internacional e os EUA tinham mais de 60% das reservas de ouro mundiais, a principal moeda-reserva passou a ser o dólar, cuja conversibilidade em ouro a (35 dólares a onça) era garantida pelo Tesouro americano.

O principal objetivo dos acordos de Bretton Woods foi proporcionar ao mundo um contexto monetário estável, a fim de criar condições básicas para a instauração dos fluxos internacionais de comércio e de capitais. Tais acordos, se por um lado, foram uma resposta aos sucessivos fracassos de gerenciamento da economia mundial durante as décadas de 20 e 30, de outro, expressaram a incontestável hegemonia política, militar e econômica dos EUA, interessados na liberalização do comércio internacional e na manutenção de suas relações de

forças com o resto do mundo, já que dispunham de enorme superioridade a nível tecnológico-produtivo.

Bretton Woods criou um ambiente internacional favorável à emergência dos EUA como motor da recuperação econômica mundial, num quadro em que Europa e Japão estavam com suas capacidades produtivas parcialmente destruídas, sistemas financeiros caóticos e reservas exauridas. Os EUA impuseram um sistema monetário internacional que o colocou como obanco central mundial, o que lhe permitia financiar seus déficits de forma barata (*seignorage*) e se colocar a salvo de prestar contas de sua política econômica doméstica. Tais benefícios ficaram expressos nos recorrentes déficits no balanço de pagamentos norte-americano, que foram fundamentais para viabilizar o funcionamento do sistema de Bretton Woods e possibilitar a reconstrução econômica das outras economias capitalistas avançadas, ao permitir a recomposição do nível de reservas destes países e o equilíbrio de seus balanços de pagamentos.

O problema do novo regime era que a estrutura do padrão dólar-ouro era intrinsecamente incoerente em sua concepção básica, pois dependia para sua existência da confiança do mercado na estabilidade do dólar e, ao mesmo tempo, da oferta crescente de cambiais para satisfazer as necessidades de uma maior liquidez internacional.

Esta contradição foi apontada pelo economista norte-americano Robert Triffin, em seu famoso dilema: se os EUA apresentassem déficits crônicos em seu balanço de pagamentos, haveria um aumento na liquidez internacional, o que poderia estimular a outros governos a demandarem ouro com esses dólares, acarretando uma crise de confiança na capacidade dos EUA converterem dólares em ouro; se, ao contrário, os EUA controlassem seus déficits, o fluxo de dólares estancaria, conduzindo a uma insuficiência na liquidez internacional, o que limitaria o crescimento do intercâmbio comercial e financeiro, e, conseqüentemente, o próprio crescimento da economia mundial.

A ajuda financeira americana para Europa Ocidental e Japão através do

Plano Marshall, a abertura do imenso mercado interno americano para esses países e a formação do mercado intraeuropeu, a partir de 1950 foram fundamentais para que o sistema de Bretton Woods pudesse operar, tendo em vista o quadro de profunda escassez de dólares e ouro nesses países no imediato pós-guerra.

A oferta de moeda internacional na década de 50 foi garantida pelos constantes déficits do balanço de pagamentos dos EUA, resultado do grande fluxo de dólares para as bases militares americanas, programas de ajuda, investimentos no exterior de suas empresas, empréstimos a bancos estrangeiros etc. Estes déficits foram inicialmente bem aceitos, já que o crescimento do comércio e da economia mundial requeria uma expansão na liquidez internacional, mas, como Triffin havia assinalado, levaria a uma rápida expansão das reservas mundiais e ao enfraquecimento do dólar.

A primeira pressão sobre o dólar ocorreu em 1959/60, depois da declaração de conversibilidade das principais moedas européias, resultado da melhoria de suas economias e de seus balanços de pagamentos. O reforço das reservas internacionais européias, bem como o déficit na conta de capital dos EUA, deram a sensação de que não haveria estoque de ouro correspondente ao estoque de dólares que circulava no exterior, levando a uma crescente desconfiança em relação ao dólar, que passou a ter seu valor questionado.

Ao longo dos anos 60, a situação dos EUA foi se deteriorando gradativamente, colocando cada vez mais em xeque o sistema de Bretton Woods. O seu estoque em ouro continuou a minguar, enquanto aumentavam as reservas em dólares nos outros países, alimentando o já excessivo fluxo de dólares no exterior. A raiz do problema estava nos volumosos e crescentes déficits do balanço de pagamentos dos EUA, em decorrência da: -deteriorização de sua balança comercial, em função da perda de competitividade da indústria americana e da permanente sobrevalorização do dólar perante outras moedas; - guerra do Vietnã, que adicionou milhões de dólares ao déficit; - saída de

capitais de curto prazo, no contexto de transnacionalização da empresa americana e de sobrevalorização do dólar.

Para manterem seus privilégios derivados da operação do sistema de Bretton Woods, os EUA utilizaram largamente uma série de expedientes táticos para preservar o sistema e seu papel no mesmo, criando um sistema multilateral de sustentação do dólar, além de adotar medidas para tentar deter o fluxo de saída de capitais para o exterior (lei de equalização dos juros, limites quantitativos à saída de capitais de risco, etc.). Tais medidas, entretanto, mostraram-se pouco eficazes para impedir a saída de capitais de curto prazo e o déficit americano manteve-se elevado.

Em 1970, o Presidente Nixon deu uma violenta guinada na política econômica americana, adotando uma política interna expansionista - ao baixar a taxa de juros e elevar o déficit orçamentário - o que evidenciava que os acordos de Bretton Woods haviam se tornado um pesado encargo para os EUA, que não estavam mais dispostos a sustentá-los. Em 1971, os efeitos desta política ocasionaram elevação da inflação, déficit na balança comercial e fuga maciça de capital para o exterior, causando um desequilíbrio brutal no balanço de pagamentos dos EUA, dando sinais de que haveria uma iminente desvalorização do dólar. A especulação com o dólar, movida pelos bancos americanos na Europa, procurando se antecipar à sua desvalorização iminente, agravou o problema do balanço de pagamentos americano, com perdas significativas de reserva.

Em 15 de agosto de 1971, as pressões contra o dólar e a deteriorização das contas externas dos EUA levaram Nixon a suspender a conversibilidade do dólar a uma taxa fixa com o ouro e, em 1973, o sistema de paridades fixas e ajustáveis de Bretton Woods foi substituído por um sistema de flutuações sujas. Assitiu-se, assim, a ruptura definitiva do sistema de Bretton Woods, que havia dado um arcabouço institucional para um crescimento contínuo de cerca de 25 anos no mundo capitalista, mas que continha em si mesmo o germe da instabilidade.

* UFRRJ/GIEPE - Cândido Mendes.

INFORME

CORECON

IMPRESSO

Entregue aos Correios até 11.07.94

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86

